

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Ponte João Isidro dos Reis, a chamada Ponte da Chamusca, na Estrada Nacional 243, entre a Chamusca e a Golegã, no distrito de Santarém, é a via rodoviária direta entre os dois concelhos. As duas faixas de rodagem, ao longo dos 756 metros da estrutura de ferro, foram um enorme avanço em 1909, quando a ponte foi inaugurada e abandonadas as anacrónicas barcas que asseguravam a travessia do rio Tejo.

Cento e treze anos depois, e com um tráfego diário superior a 7 000 viaturas, esta ponte constitui um enorme estrangulamento que impede a fluidez do tráfego e asfixia a atividade económica da região. Tem, além disto, evidentes implicações na segurança das populações, pois já ficaram imobilizadas ambulâncias, no meio de trânsito. A solução definitiva do problema impõe a construção de uma nova ponte, há muito prevista num troço do IC3 que falta construir. Esta é a solução, há muito reclamada pelas populações e pelas autarquias locais, cuja concretização se torna todos os dias mais premente.

Em 2018, foi aprovada por unanimidade uma resolução da Assembleia da República, que recomendava a conclusão do IC3, a construção da nova ponte “Chamusca-Golegã e a regularização do trânsito na atual ponte da Chamusca. Um ano depois, em 2019, outra resolução da Assembleia da República, voltou a recomendar ao Governo que na análise dos investimentos para 2021/2030 esta situação fosse, igualmente, contemplada.

Os problemas poderão ser minorados com recurso à instalação imediata de sinalização semafórica, ainda que suportada em dispositivos precários, em complemento da regulação ocasional por agentes da GNR e mesmo antes da instalação definitiva de semáforos, agendada para 2017.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério das Infraestruturas conhecimento desta situação?
2. Porque é que as Resoluções da Assembleia da República de 2018 e 2019, aludidas anteriormente, não foram cumpridas?
3. De que forma pretende o Ministério, de forma expedita, solucionar os graves problemas de congestionamento de tráfego que se verificam nesta ponte, com claro prejuízo para a região? E para quando estão previstas essas soluções?

Palácio de São Bento, 31 de maio de 2023

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)